

## Evolução das metrópoles brasileiras: análises de Wilson Cano (1970-2003)

ALLAN BARBOSA MOREIRA\*

**Resumo:** Este texto busca resgatar a literatura de Wilson Cano enquanto pensador do processo de desenvolvimento urbano e regional do Brasil, e um dos fundadores da escola de economia da Universidade de Campinas (UNICAMP), para compreender as realidades das metrópoles brasileiras a partir de uma síntese. Busca-se, portanto, responder a seguinte pergunta: quais elementos Wilson Cano utilizou para compreender o processo de metropolização ocorrido na década de 1970? Para tanto, orienta-se dentro dessa premissa a proposta de fazer uma mobilização da literatura de Wilson Cano e demais autores que foram responsáveis por construir uma análise do planejamento urbano e regional brasileiro numa perspectiva histórica. Este texto irá ser organizado da seguinte forma: no primeiro momento iremos apresentar um olhar de Wilson Cano sobre desequilíbrios regionais e como isso aponta para um processo desigual de desenvolvimento metropolitano; e em seguida iremos explorar a etapa de urbanização e metropolização nacional, buscando entender quais elementos participam deste processo na visão de Wilson Cano. No terceiro e último momento iremos concluir a proposta de Cano e as contraposições de outros autores. Podemos concluir que Wilson Cano direciona um modelo de análise histórico-estrutural que responde os desequilíbrios metropolitanos do presente, a exemplo da política de integração nacional que privilegia uma região em detrimento de outras, corroborando para a criação de núcleos econômicos que não atendem a totalidade do país.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Metropolização; Cidades.

### Evolution of brazilian metropolises: analyses by Wilson Cano (1970-2003)

**Abstract:** This text seeks to rescue the literature of Wilson Cano as a thinker of the urban and regional development process in Brazil, and one of the founders of the School of Economics at the University of Campinas (UNICAMP), to understand the realities of Brazilian metropolises from a synthesis. The aim is, therefore, to answer the following question: what elements did Wilson Cano use to understand the metropolization process that took place between in 1970? Therefore, the proposal is based on this premise to mobilize the literature of Wilson Cano and other authors who were responsible for constructing an analysis of Brazilian urban and regional planning from a historical perspective. This text will be organized as follows: in the first moment, we will present Wilson Cano's perspective on regional imbalances and how this points to an unequal process of metropolitan development; and then we will explore the stage of national urbanization and metropolization, seeking to understand which elements participate in this process in Wilson Cano's view. In the third and last moment, we will observe Cano and other authors' oppositions. We can conclude that Wilson Cano directs a historical-structural analysis model that responds to the metropolitan imbalances of the present, like the national integration policy that favors one region over others, corroborating the creation of economic centers that do not serve the entirety of the country.

**Key words:** Development; Metropolization; Cities.



\* ALLAN BARBOSA MOREIRA é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR/UFRN).

## 1. Introdução

Este texto visa resgatar a contribuição literária de Wilson Cano, enquanto pensador do processo de desenvolvimento urbano e regional do Brasil e um dos fundadores da escola de economia da Universidade de Campinas (UNICAMP), com o propósito de compreender as realidades das metrópoles brasileiras através de uma síntese. A questão central consiste em responder quais elementos Wilson Cano utilizou para compreender o processo de metropolização<sup>1</sup> ocorrido nos anos 1970? Para tanto, é relevante revisitar o contexto do desenvolvimento brasileiro, abordando temas como problemas fundiários, distribuição de renda e migração.

Redesenhar os elementos da configuração do planejamento regional significaria apontar para suas dinâmicas capitalistas de expansão, a exemplo das transformações políticas e econômicas com forte impacto no aspecto social e ambiental do Brasil com seus quase 5.600 municípios e suas 83 regiões metropolitanas (IBGE, 2021). Em vista disso, é necessário dentro da proposta wilsoniana histórico-estrutural navegar na vanguarda da história econômica brasileira, pois é só a partir disso que iremos compreender os resultados do processo de industrialização e urbanização e formação das metrópoles em seu estado atual.

Seguindo pelo raciocínio histórico-estrutural que caracteriza a metodologia de Wilson Cano, identifica-se para a construção de suas obras a temporalidade referenciada em sua época. Isso é

<sup>1</sup> A metropolização do espaço se constitui num processo socioespacial que transforma profundamente o território. A bem da verdade, não se trata de uma simples transformação, mas de uma verdadeira metamorfose, pois implica profundas alterações, quer de formas, bem como

importante pois irá sumarizar a dinâmica de desenvolvimento regional (1850-1929) até chegarmos ao momento das dinâmicas de metropolização, na segunda metade do século XX e todas as dinâmicas de urbanização postas no limiar do século XXI. Por isso, a leitura de suas obras, considerando seus marcos temporais do passado, é de fundamental importância para entender o contexto do presente e perspectivas para o futuro.

E não se trata de exercício de futurologia, mas sim de respeitar uma das principais características de Wilson Cano. Pois ao passo que ele traz sua crítica sobre as etapas do processo de desenvolvimento, também aponta para os resultados deste processo e propõe possibilidades para o futuro. Logo, podemos antecipar que, para propor um desenvolvimento regional equilibrado, é essencial compreender o raciocínio por trás de um plano que integre os eixos de desenvolvimento intra-regional, evitando, no entanto, criar dependência entre regiões em detrimento de outras. Somado a isso, acredita-se que o entendimento sobre a dinâmica de metropolização irá ajudar a entender as novas necessidades das cidades, principalmente sobre a discussão sobre a reforma urbana e o direito à cidade.

Isso posto, podemos assumir o compromisso de utilizar a literatura de Wilson Cano como base teórica deste texto. Tudo isso para responder a nossa pergunta de pesquisa e identificar os elementos utilizados para compreender o processo de metropolização ocorrido nos últimos anos (entre 1980 a 2003). E preliminarmente podemos apontar a “origem de concentração industrial em

de estrutura e natureza. Daí, melhor o uso da expressão metamorfose do que o uso da palavra transformação. Em suma, a metropolização do espaço se constitui num processo socioespacial que metamorfoseia o território (Lencioni, 2017, p. 41).

São Paulo” e como isso impactou nas dinâmicas regionais de desenvolvimento; a “Crise de 1929” enquanto combustível de um processo de industrialização; e as diferentes fases da industrialização, a saber: “da urbanização suportável (1940-1950) até a urbanização explosiva (1951-1979) e as bases da urbanização caótica e o neoliberalismo (1980-2003).

Este é um contexto macro se se pretende traçar uma linha cronológica para sustentar a base histórica ensinada por Wilson Cano. Se se deseja trazer uma analogia dos seus textos para os problemas urbanos do século XXI, notabilizam-se as contradições da urbanização caótica entre 2004 e 2014, amplamente abordadas em muitos de seus escritos. Trata-se apenas de um breve recorte pontual das etapas e processos de desenvolvimento apresentadas por Wilson Cano a qual iremos utilizar para compreender as dinâmicas de metropolização e quais elementos participam desta construção.

Este texto será estruturado da seguinte maneira: inicialmente, abordaremos a perspectiva de Wilson Cano sobre os desequilíbrios regionais e como isso se relaciona com o desenvolvimento metropolitano desigual. Posteriormente, exploraremos a fase de urbanização e metropolização nacional, analisando os elementos que compõem esse processo na visão de Wilson Cano. Por fim, concluiremos com considerações finais da pesquisa.

## **2. A perspectiva de Wilson Cano sobre metropolização no Brasil (1970-1990)**

O tempo é um dos elementos fundamentais na política de desenvolvimento de Wilson Cano, situada dentro do âmbito do método histórico-estrutural. Através da dimensão temporal, Cano delineou uma linha cronológica que reflete suas reflexões

sobre um processo de crescimento desequilibrado que não conseguiu conciliar o desenvolvimento com o planejamento. Destacam-se três períodos temporais nesse contexto: o período de urbanização "suportável" entre 1940 e 1950, a transição para uma urbanização "descontrolada" e expansiva na década de 1960, e a subsequente evolução para um estado de desenvolvimento "caótico" nas cidades, caracterizado pela urbanização intensiva e extensiva (Cano, 1998b; Cano, 2021).

Somado a isso, em resumo, temos como resultado de um processo de desenvolvimento “a urbanização suportável à urbanização explosiva” entre 1970 e 1980; as bases da “urbanização caótica e o neoliberalismo”, entre 1980 e 2002; as “contradições da urbanização caótica”, entre 2003 e 2014; e por fim, a “urbanização deplorável e o agravamento da crise, no período pós-2015. E é exatamente sobre o limiar de uma urbanização caótica e das contradições neoliberais que iremos discutir as questões relativas aos desequilíbrios regionais que influenciaram na montagem das metrópoles brasileiras (Cano, 2001; Santos *et al.*, 2021).

Observou-se no censo de 1960 do IBGE, uma explícita movimentação campo-cidade da população em direção aos grandes eixos econômicos. Naquele momento tínhamos 45,5% de população urbana diante de um momento de transição econômica “suportável”, partindo do princípio da interpretação centro-periferia, posta com problemas de escalas reduzidas. Contudo, a urbanização foi rápida e intensa a partir de São Paulo, considerando uma forte movimentação migratória do resto do país para os principais eixos econômicos, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (Cano, 1998a; Cano, 2011b).

Notabiliza-se, sobre a dinâmica de mobilidade intra-regional que o grande ‘calcanhar de Aquiles’ do contraditório processo de desenvolvimento posto em prática era o de aliar desenvolvimento econômico-industrial ao planejamento urbano e regional. Criavam-se estradas e avenidas, avanço do setor imobiliário e urbanização de pequenas e médias cidades e formação de complexos industriais, principalmente em municípios do interior em busca de matéria-prima para os grandes empreendimentos, sem, contudo, construir projeto para o equilibrado desenvolvimento regional do país.

A falta de uma política de planejamento regional foi solapada por um intenso processo de industrialização e extenso processo de urbanização gerando uma série de efeitos complexos no âmbito regional. O quadro anterior evidencia a concentração do PIB nas regiões Sul e Sudeste do país em relação ao eixo Norte e Nordeste.

Esse efeito estimulou o aumento da especulação imobiliária, encareceu sobremodo os custos da infraestrutura urbana e piorou a qualidade de vida urbana. Além disso, o elevado encarecimento da moradia e a omissão e corrupção política dos órgãos públicos amplificou também a ocupação de espaços impróprios para assentamentos humanos, como morros, encostas, alagadiços e outros. Por outro lado, conurbação, aglomeração e metropolização superdimensionaram vários problemas de ordem municipal e de solução local, multiplicando seus tamanhos e custos, tornando-os, assim, problemas regionais, estaduais ou mesmo federais (Santos *et al.*, 2021, p. 270-271).

Existem dois processos adjacentes e complementares entre si: um se constitui através de uma dinâmica macro de

industrialização e formação de núcleos econômicos que caracterizam cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, outra é a dinâmica micro de urbanização de pequenos e médios municípios e a formação de complexos industriais, que caracterizam inúmeras cidades do eixo Norte e Nordeste do país. Este fenômeno já foi percebido por Clementino (2021, p. 743) que ao estudar a economia regional e a produção do urbano pelas lentes de Wilson Cano é identificado que,

No Brasil, temos dois processos aparentemente contraditórios: a multiplicação de cidades e a concentração da população total e urbana em metrópoles (foi mantida em 32,2 % no Censo de 2010 em relação a 2000). O grau de urbanização da população brasileira no ano 2000 que era de 81,2% com uma população total de 174,8 milhões de pessoas passa para 195,7 milhões em 2010, elevando a taxa de urbanização para 84,5% (conforme Censos do IBGE). Acelerando a redução absoluta e relativa do fluxo rural-urbano iniciado nos anos 60 e 70.

Este recorte marca a etapa de metropolização, incluindo o surgimento do debate sobre as bases da urbanização caótica e o papel do neoliberalismo nesse contexto. Observamos que, dentro deste processo, questões como problemas fundiários, desigualdade na distribuição de renda, pobreza e migrações são importantes. No entanto, as transformações industriais também introduzem outras complexidades relacionadas aos ‘desequilíbrios regionais e concentração industrial do Brasil’, título emprestado de uma das obras de Wilson Cano. Neste contexto, destacam-se duas questões centrais abordadas pelo autor.

A começar pela modernização de setores da indústria, a qual a demanda por infraestrutura urbana cresce na mesma

proporção da demanda de novas tecnologias. Cano nos diz que “haverá uma reconcentração espacial produtiva em detrimento da periferia nacional” (1997, p. 104) isso por conta e circunstância do processo de expansão urbana. Porém, não é uma expansão regional norte/sul leste/oeste, pelo contrário. É uma expansão circunvizinha ao núcleo metropolitano que se formava, e aqui é um problema importante a nível de discussão sobre desequilíbrio regional (Cano, 1998, p. 310; Cano, 2008).

Somado a isso, outro ponto a se orientar é em relação ao papel do Estado a nível de planejamento regional. E neste sentido, Cano irá nos apontar que existe um “debilitamento proposital do Estado nacional” (1998, p. 309), isso significa que as instâncias econômicas de poder atuam de forma a sabotar a governança municipal. Aqui estamos próximos das questões sobre a instalação de grandes empreendimentos em municípios de interior, a glocalização destes projetos acaba por suprimir e onerar a máquina pública (Cano, 1998, p. 310).

Tais determinações sintetizam como e de que forma os desequilíbrios regionais e concentração industrial do país ficam estabelecidos. Logo, tanto o desenvolvimento industrial, quanto o “debilitamento do Estado” acaba por corroborar para o surgimento de regiões metropolitanas sem planejamento, inclusive a nível de política fundiária. Wilson Cano aponta em seus estudos a militância crítica e teórica pela construção de um plano de desenvolvimento que seja nacional e não apenas regional, onde ao passo que integraliza regiões, equilibra o desenvolvimento nacional.

Sobre a falta de políticas de aliança do desenvolvimento vs. planejamento não podemos seguir este texto, sem antes falar do quanto Cano se dedicou na construção

de um projeto regional e urbano do Brasil no contexto de falta de competência associativa entre planejar e desenvolver no âmbito da governança federal. E aqui damos um salto nos capítulos dos ‘Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil’ de Cano (2008) para trazer alguns recortes, quando ele aponta para a dependência econômica:

A busca ideológica por um ‘estado mínimo’ respaldou também as novas políticas de descentralização, que tentaram transferir atribuições e recursos do poder central aos poderes locais, enfraquecendo ainda mais econômica e politicamente o Estado nacional. O Sistema Financeiro Internacional, para poder aplicar parte de seu enorme excedente financeiro que cresceu muito desde a década de 50, ressuscitou o liberalismo, preconizando políticas neoliberais que, resumidamente, contemplam: ajustes macroeconômicos, desregulamentação para os fluxos internacionais de capital, ruptura dos monopólios públicos, privatização, abertura comercial e ‘flexibilização’ das relações de trabalho (Cano, 2008, p. 26 e 27).

Dentro do contexto da economia brasileira desigual e combinada, esta citação nos leva a considerar questões relacionadas à gestação de um novo sistema econômico, resultante da dinâmica industrial e urbana que se estabeleceu na segunda metade do século XX. Vamos analisar isso de maneira mais detalhada, começando pelas ‘raízes’ da concentração industrial em São Paulo. Wilson Cano aponta para o ‘complexo cafeeiro’, que engloba tanto as atividades principais quanto as complementares à economia do café, como propulsor da expansão do capital industrial. Esse fenômeno foi consolidado pela

intensificação do fluxo migratório para São Paulo.

Compreendendo esse contexto, podemos adentrar no cenário de acumulação de capital baseado no café, impulsionado pelo elevado nível de renda da população e pelos excedentes gerados pela produção cafeeira. Esses fatores possibilitaram a expansão do setor industrial após os anos 1930, período que estabeleceu as bases para o surgimento de um cenário marcado por "desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil" entre 1930 e 1970. É importante notar que esse período de evolução econômica industrial é dividido por Wilson Cano em dois conceitos distintos: a "industrialização restrita," que abrange o período de 1930 a 1955 e é caracterizada pelo processo de integração do mercado nacional e pelo estabelecimento da periferia nacional, na qual o capital industrial de São Paulo exercia uma influência dominante (Cano, 1998b).

Compreendendo o contexto, destacamos duas fases distintas no desenvolvimento econômico do Brasil entre 1930 e 1970. A primeira, conhecida como 'industrialização restrita' (1930-1955), caracterizou-se pela integração do mercado nacional, com São Paulo exercendo influência predominante. A segunda fase, denominada 'industrialização pesada' (1955-1970), viu a consolidação de um sistema de exportação e o fortalecimento de setores como petróleo, siderurgia e automobilística, impulsionando o desenvolvimento urbano e a formação das metrópoles. A indústria desempenhou um papel central nesse processo, figurando como catalisadora do desenvolvimento econômico. (Cano, 1998b).

A perspectiva de Wilson Cano sobre o desenvolvimento regional exige a análise das origens desse processo, principalmente relacionadas à

industrialização, na qual os desafios como desigualdade de renda, concentração fundiária, pobreza, fome e migração são enraizados na realidade brasileira desde o período colonial. O surgimento do neoliberalismo pode ser contextualizado no esgotamento do sistema produtivo vigente e na inabilidade do Estado em resolver essa questão, levando à descridibilização de seu papel na organização do país. Esses acontecimentos ocorrem em um cenário de enfraquecimento estatal, caracterizado pela desconcentração econômica e regional, e pela crise dos anos 80, todos influenciando diretamente a instauração do sistema neoliberal que perdura atualmente.

A compreensão das origens do desenvolvimento regional na perspectiva de Wilson Cano destacada é fundamental para contextualizar a evolução da urbanização no Brasil, conforme discutido. A análise das raízes históricas, como a industrialização e os desafios socioeconômicos, lança luz sobre as diferentes fases da urbanização, desde a "urbanização caótica e neoliberalismo" até a "urbanização deplorável e agravamento da crise". Nesse contexto, a visão de Cano sobre os desequilíbrios regionais se revela uma lente importante para compreender as dinâmicas neoliberais que moldaram o desenvolvimento urbano e regional do país.

Ao longo deste capítulo, examinamos a evolução da urbanização no Brasil, destacando três fases distintas: a "urbanização caótica e neoliberalismo" entre 1980 e 2002, as "contradições da urbanização caótica" entre 2003 e 2014, e, por fim, a "urbanização deplorável e agravamento da crise" no período pós-2015, que será explorada no próximo capítulo. Nosso objetivo foi apresentar a perspectiva de Wilson Cano sobre os

desequilíbrios regionais no Brasil, utilizando marcos históricos como indicadores das dinâmicas neoliberais em vigor.

### **3. Etapa de urbanização e metropolização nacional (1990-2003)**

Para definirmos um plano de discussão abrangente sobre urbanização e metropolização no contexto nacional, utilizaremos como referência principal a obra 'Os Ensaios sobre a Crise Urbana no Brasil', publicada por Wilson Cano (2011a). No entanto, nossa abordagem não se limita estritamente a essa obra. Em seus ensaios, Cano não apenas explora a complexidade da crise urbana no Brasil, mas também lança um olhar global e histórico sobre o desenvolvimento urbano. Ele inicia sua reflexão considerando eventos significativos como a Segunda Guerra Mundial, buscando compreender as etapas subsequentes deste período. Nesse contexto, o autor questiona as revoluções industriais e traça um caminho que nos conduzirá à compreensão do cenário atual.

Conforme destacado por Firkowski e Moura em Santos (2021), três obras se destacam como principais expressões na busca pela explicação da estrutura e da dinâmica econômica ao longo de diferentes períodos, com foco no fenômeno urbano:

- Raízes da Concentração Industrial em São Paulo (Cano, 1981): cuja atenção se volta à gênese do processo de concentração industrial e, portanto, analisa o período compreendido entre 1850 e 1929;
- Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930-1970 (Cano, 1985): que parte do período anteriormente definido como o de concentração e avança na interpretação dos

desequilíbrios regionais;

- Desconcentração Produtiva Regional do Brasil – 1970-2005 (Cano, 2007): que completa o ciclo analítico, chegando até o período mais recente da realidade brasileira.

Um recorte que nos marca e sintetiza bem como Wilson Cano apontava para a urbanização a nível macro é a de que

Podemos dizer resumidamente que a urbanização da maior parte dos países avançados foi um processo que percorreu um longo caminho histórico, e muito menos abrupto que o verificado no mundo subdesenvolvido. A ausência daqueles desequilíbrios – a heterogeneidade estrutural – possibilitou um desenvolvimento urbano com melhor equidade, melhor distribuição de rendas e de salários, não gerando, portanto, os problemas que permeiam a urbanização no mundo subdesenvolvido (Cano, 2011a).

Wilson Cano estava preocupado em trabalhar uma síntese de sua analogia sobre o processo de urbanização dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, Japão e Alemanha. Para o continente americano, esse avanço deu-se pela criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com políticas de desenvolvimento econômico internacional, colocando os países sul-americanos na agenda de gasto do excedente de capital, tida primeiro em uma colônia de exportação de produtos agrícolas, mais tarde na formação de uma economia primário-exportadora e, por fim, o crescimento de cidades.

Assim, o pensamento da Cepal imaginou uma série de reformas políticas e econômicas, entre as quais a reforma agrária, o problema da marginalidade social, a necessidade

do avanço da industrialização, a modernização do setor urbano e as reformulações no sentido e na estrutura do comércio internacional (Cano, 2011a).

É a partir do entendimento do desenvolvimento (leia-se desequilíbrios) regionais que Cano irá começar a destrinchar como se deu o processo de urbanização no Brasil. Para ele, dois fatores contribuíram para uma peculiar urbanização nacional: sua dimensão continental e a diversidade de sua formação regional; ambos apontam para uma economia regional complexa (Cano, 2011a).

Adicionalmente, Cano irá apontar para uma "heterogeneidade estrutural, em termos intra e intersectorial, de nosso excedente demográfico" (2011a, p. 34). Isso significa uma heterogeneidade regional e urbana, considerando diferentes ritmos e estruturas econômicas (Cano, 2011a). Além disso, as dinâmicas histórico-estruturais, tanto relacionadas às raízes coloniais quanto às distintas formas de reprodução industrial, irão gerar sociedades cultural e economicamente diversas. Portanto, segundo Cano (2011a), temos um "diversificado tecido urbano" (p. 35).

Cano começa a observar a dinâmica urbana em uma perspectiva dual estruturalista, onde o moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado (Oliveira, 2003). E aqui sem juízo de valor, estamos nos referindo aos escritos da "crítica à razão dualista" de Francisco de Oliveira (2003), que também vê o fim do ciclo pós-1930 de transição agrário-exportadora para urbano-industrial, como um marco de transição para um modelo econômico capitalista. Aliás, os diálogos de Cano com os escritos de Oliveira não são incomuns, muito pelo contrário.

Esse debate entre críticos do pensamento urbano e regional brasileiro, em síntese irá indicar que enquanto Oliveira apontaram que houve uma estagnação econômica durante o processo de desenvolvimento regional, Cano irá apontar que não houve estagnação, a começar por São Paulo que se tornou responsável por um extenso processo de industrialização e urbanização do país. Os principais embates entre os autores, estão contidos nos "desequilíbrios" de Cano, em seu capítulo cinco que trata sobre a "integração do mercado e constituição da periferia nacional" (Cano, 1998b).

Neste caso Cano demonstra através da releitura de clássicos como "formação econômica do Brasil" de Furtado (1961) e 'elegia para uma re(li)gião' de Oliveira (1977) que não houve "estagnação" econômica que incidisse em um desenvolvimento urbano deficitário. Ao contrário, Cano orientava que este avanço econômico industrial e urbano nacional só foi possível graças a "estagnação" do café que subsidiou o avanço do setor industrial, a chave para Cano aqui era a integração do mercado interno.

Possivelmente, o ponto de divergência entre Cano e Oliveira pode ser identificado no agravamento das disparidades regionais, que serve como um indicativo e marco do processo de integração nacional. Para compreender melhor essa diferença de perspectiva, analisemos:

No momento, pois, em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu lócus na 'região' Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais, ou das 'regiões'. Esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente das outras 'regiões' para centralizar o capital. O resultado é que, em sua etapa inicial, a quebra das barreiras inter-regionais



(...) (é uma das) formas do movimento de concentração; a exportação de capitais das ‘regiões’ em estagnação é uma forma do movimento de centralização (...) em verdade, rigorosamente, não se está em presença de nenhuma estagnação das ‘economias regionais’ (...). (Oliveira, 1977).

Portanto, Cano demonstra que o “aumento das disparidades regionais é a manifestação de diferenciais de crescimento regional e, em parte, fruto da integração do mercado regional” apontando sobre a “estagnação” regional uma convergência frente aos recortes de Oliveira (Cano, 1998b). A dinâmica de integração do mercado nacional irá caracterizar um período urbano de herança social e de seu atraso rural com a moderna industrialização realizada à custa das políticas de incentivos fiscais e põe em xeque a grave heterogeneidade estrutural das cidades (Cano, 2011a).

Tomado para si um direcionamento histórico de como se gestou o problema urbano nacional, direcionamos nossos esforços em tentar entender os problemas do presente. Para tanto, Cano nos apresenta um direcionamento de gestão e planejamento, quando oferece uma síntese do problema de um novo planejamento urbano, partindo de São Paulo, afinal, onde concentrava-se 70% da economia nacional. Ali começa um pensamento micro a nível de pequenos e médios municípios e sobre a infraestrutura, além de habitação, saneamento, acesso à educação e saúde, transportes coletivos, dentre outros.

Outras considerações surgem no âmbito da gestão, como a dificuldade de desenvolver políticas públicas complementares sem uma análise de suas implicações. Um terceiro aspecto está relacionado à necessidade de coordenação com outras políticas públicas e níveis de gestão. Além disso,

as questões urbanas predominantes, juntamente com a descentralização e a integração das políticas públicas, sintetizam as principais discussões no contexto do planejamento urbano e regional do Brasil. Isso ocorre devido ao fato de que a aglomeração e metropolização urbana amplificaram vários problemas que inicialmente eram de natureza municipal, transformando-os em desafios regionais, estaduais e nacionais. Ainda em uma tentativa de resumir como o problema com o planejamento urbano do país, Cano irá nos dizer que: 1. É necessária uma interação entre políticas de desenvolvimento urbano e políticas públicas; 2. Orientação entre questões tecnológicas e ocupacionais, implicando necessariamente em políticas de emprego; 3. Finanças públicas e instrumentos coercitivos com que o Estado deveria contar para gestar uma política urbana; 4. Por fim, a dinâmica de juízo institucional, afetada pela metropolização (transportes intermunicipais, cidades dormitórios, abastecimento de água, dentre outros). Tudo isso dito por Cano para abrir um campo de discussão sobre a construção de um plano de gestão que seja nacional (Cano, 1988, 1998 e 2001).

No entanto, no que se refere ao processo de metropolização a partir dos anos 1980, com a disseminação do “padrão metropolitano” em direção ao interior, Cano abordou a metropolização sob dois aspectos: a perspectiva da ‘metrópole’ da Grande São Paulo e sua expansão para o interior. Em um enfoque distinto, Cano (2021) explicam que a abordagem de Cano sobre a metropolização considera elementos específicos, como:

[...] a conurbação, ou seja, a junção das áreas urbanas de diferentes municípios, e o sentido de “espraiamento” dessa condição para o “interior”, em especial o interior

próximo, situado nas imediações de Campinas; a existência em São Paulo, “capital”, de atividades econômicas diversas e em sintonia com o mundo globalizado, sintetizado no termo “cosmopolita”; o papel da modernização agrícola e da diversificação da indústria no “interior” e, finalmente, a concentração populacional (p. 296 e 297).

Cano aborda a dinâmica da metropolização da seguinte maneira: inicialmente, a urbanização acelera a conurbação, conectando o interior às grandes cidades. Em seguida, essa conurbação urbana aumenta sua densidade, marcando o início do processo de metropolização. No interior, essa dinâmica ocorre com um certo atraso e com um caráter mais extensivo. Portanto, para Cano, a metropolização, a conurbação e a transformação de cidades médias em grandes centros urbanos são características essenciais do atual processo urbano (CANO, 1988).

Aqui abrigam-se outros elementos de cunho essencialmente neoliberal que irá caracterizar as dinâmicas de metropolização. Esse formato repercute em novos padrões culturais, valores, hábitos e formas de vida, diretamente relacionado com a metropolização, a reestruturação e a globalização enquanto processos indissociáveis e diretamente relacionados às novas formas metropolitanas emergentes do tipo campo-cidade, centro-periferia e seus antagonismos (SANTOS *et al.*, 2021).

Os elementos neoliberais nas dinâmicas de metropolização, discutidos anteriormente, estão ligados às novas adjetivações do espaço metropolitano pós-1980, caracterizado como descontínuo e difuso. Isso reflete transformações culturais, valores e hábitos da metropolização, conectados aos antagonismos campo-cidade e centro-

periferia mencionados. O avanço neoliberal também impacta as políticas públicas, frequentemente adotando abordagens paliativas. Essa conexão demanda reavaliação das estratégias de planejamento e gestão na sociologia urbana.

No contexto pós-1980, as novas adjetivações do espaço metropolitano ganham destaque, caracterizadas pelo caráter descontínuo e difuso. Essa evolução do espaço metropolitano é discutida no capítulo 9 do livro ‘Metrópole, Metropolização e Regionalização’ de Lencioni (2017). Nesse cenário, as metrópoles deixam de ser percebidas como entidades geograficamente coesas e passam a ser compreendidas como redes urbanas interconectadas, nas quais os limites tradicionais são desafiados e as fronteiras urbanas se tornam difíceis de definir. Essa abordagem reflete a complexidade crescente das dinâmicas metropolitanas e a necessidade de repensar as estratégias de planejamento e gestão para lidar com essa realidade em constante transformação.

E aqui novamente voltamos a máxima de Wilson Cano:

Não que sejam inúteis. Pelo contrário! Mas não se pode substituir uma política nacional de desenvolvimento por nenhum conjunto dessas políticas sociais. É como tentar atingir apenas os efeitos de uma doença sem atingir-lhe a causa. É disso que se trata (CANO apud Firkowski e Moura, 2021).

E assim terminamos mais uma síntese do pensamento wilsoniano aqui pela ideia de urbanização e metropolização nacional. A qual trilhamos o percurso da urbanização pós-revolução de 1930, buscando entender a dinâmica econômica aplicada e a partir disso como podemos compreender a metropolização

vivenciada nos anos de 1970. A resposta que Cano nos dá é a mesma do primeiro capítulo deste artigo, onde discutimos os desequilíbrios regionais do Brasil. Cabe agora em um próximo instante ensaiar uma síntese das contraposições aos apontamentos de Wilson Cano através de outros autores.

### **Considerações finais**

Este artigo teve como objetivo geral resgatar a literatura de Wilson Cano para compreender as realidades das metrópoles brasileiras a partir de uma síntese. Orienta-se dentro dessa premissa a proposta de fazer uma mobilização da literatura de Wilson Cano e demais autores que foram responsáveis por construir uma análise do planejamento urbano e regional brasileiro em perspectiva histórica.

A nível de caracterizações metodológicas, este trabalho busca responder a seguinte questão: quais elementos Wilson Cano utilizou para compreender o processo de metropolização posto na década de 1970? E para responder a essa pergunta, foi desenvolvido uma análise da literatura wilsoniana, através de um levantamento bibliográfico. Foram selecionados textos que abordem a temática do Planejamento Urbano e Regional em perspectiva histórico-estrutural para compreender o presente, isto é, entre os anos de 1980 a 2003, sem obviamente desconsiderar seu contexto como um todo.

Deste modo, é importante destacar que esta pesquisa buscou ser um meio para reflexões futuras. Quero dizer que, em nenhum momento, esta pesquisa buscou apresentar resultados definitivamente acabados de pesquisa, muito pelo contrário. Nossa premissa básica foi a de construir reflexões sobre as dinâmicas e problemáticas contemporâneas, buscando entender o urbano, as metrópoles e as

desigualdades. Entretanto, as mobilizações postas, servem de base para as discussões empíricas recentes, a exemplo das definições teóricas da “produção capitalista do espaço” e dos “grandes projetos de investimento” que ensejam a ideia do “direito à cidade”, que viriam a fundamentar nossas análises; e assim por diante.

Em suma, temos como principais resultados de pesquisa:

- Tomando como base o intervalo de análise de seus livros (1930-1995) Wilson Cano buscou entender um contexto histórico-estrutural para compreender a formação econômica de sua época.
- Os elementos utilizados por Wilson Cano para compreender o processo de metropolização dar-se-á primeiro pelo complexo cafeeiro em São Paulo, ciclo pós-1930 de transição agrário-exportadora para urbano-industrial e surgimento do urbano.
- Somado a isso, Cano utiliza as relações de trabalho e sua adequação territorial, dinâmica de migração campo-cidade, tal qual, a gasto do capital de excedente, urbanização intensiva e extensiva e constituição de novas metrópoles.
- Após concluído este entendimento Wilson Cano propõe a construção de uma política nacional de desenvolvimento que integre municípios, estados e regiões em um projeto que seja nacional e não apenas local-global.

E a partir destes resultados podemos concluir que Wilson Cano direciona um modelo de análise histórico-estrutural que questiona o modelo de desenvolvimento

econômico adotado no limiar do século XIX até a revolução de 1930. Wilson Cano irá apresentar o avanço para um modelo industrial-urbano enquanto sistema econômico com forte subsídio do Estado. E com tudo isso, conseguimos identificar as bases da “urbanização caótica e neoliberalismo”, entre 1980 e 2002; as “contradições da urbanização caótica”, entre 2003 e 2014; e pôr fim a “urbanização deplorável e agravamento da crise, no período pós-2015.

### Referências

- Brasil. (1973). Lei Complementar n. 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brasil. (2001). Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Institui o Estatuto da Cidade e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brasil. (2015). Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Cano, W. (1988). Subsídios para reformulação das políticas de descentralização industrial. A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980. São Paulo, 1(1), 111-131.
- Cano, W. (1998a). Raízes da concentração industrial em São Paulo. 4ª ed. Campinas: UNICAMP.
- Cano, W. (1998b). Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. 2ª ed. Campinas: UNICAMP.
- Cano, W. (2001). Seminário ANPUR "Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões". Universidade de Campinas. São Paulo.
- Cano, W. (2011a). Ensaio sobre a crise urbana do Brasil. Campinas-SP: Editora da Unicamp.
- Cano, W. (2011b). Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Brasil, 27-53.
- Clementino, M. do L. M., & Almeida, L. de S. B. (Orgs.). (2021). Governança de regiões metropolitanas: contribuições à luz do Estatuto da Metrópole (1ª ed.). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles.
- Clementino, M. D. L. (2021). Economia regional e a produção do urbano crítico: lições de Wilson Cano. Economia e Sociedade, 30, 739-760.
- Furtado, C. (1961). Formação Econômica do Brasil. [S.l.]: [s.n.].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Revisão das Regiões Metropolitanas após a Lei Complementar n. 426, de 3 de abril de 2020. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2021). Dados estatísticos sobre as regiões metropolitanas do Brasil. Recuperado de [\[Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento | IBGE.\]](#)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2022. Rio de Janeiro: IBGE.
- Lencioni, S. (2017). Metrópole, metropolização e regionalização. Rio de Janeiro: Consequência.
- Oliveira, F. D. (2003). Crítica à razão dualista, O ornitorrinco. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- Oliveira, F. D. (1977). Elegia para uma Re(li)gião. [S.l.]: [s.n.].
- Rosa Moura & Freitas-Firkowski (2021). Espaços Metropolitanos, processos, configurações, metodologias e perspectivas emergentes. São Paulo: Letra Capital.
- Santos. (2021). Wilson Cano: A questão regional e urbana no Brasil. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (2017). Resolução n. 115, de 23 de novembro de 2017. Define os municípios que compõem a região Semiárida do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Recebido em 2024-07-18

Publicado em 2025-06-27